

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2017  
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Contábeis Regulatórias

# **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017 e 2016

## Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados .....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Acionistas e Diretores da  
**Iracema Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Iracema Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Iracema Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

### **Outros assuntos**

A Iracema Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 16 de março de 2018.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O-4

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>7</b>	34.157	17.719
Concessionárias e permissionárias	<b>9</b>	4.526	2.817
Contas a receber - partes relacionadas	<b>23</b>	182	6
Estoques		703	498
Adiantamentos a fornecedores		381	549
Impostos a recuperar		2.124	1.986
Outros ativos circulantes		47	4.825
		<b>42.120</b>	<b>28.400</b>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	<b>8</b>	6.875	6.951
Outros ativos não circulantes		49	54
Imobilizado não vinculado à concessão		1.362	1.146
Imobilizado	<b>10</b>	259.037	262.351
Intangível	<b>11</b>	4.693	4.656
		<b>272.016</b>	<b>275.158</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>314.136</b>	<b>303.558</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		318	312
Fornecedores - partes relacionadas	<b>23</b>	971	5
Debêntures	<b>13</b>	6.930	6.906
Impostos e contribuições sociais		1.820	2.062
Taxas regulamentares	<b>12</b>	1.158	759
Outros passivos circulantes		615	455
		<u><b>11.812</b></u>	<u><b>10.499</b></u>
Passivo não circulante			
Debêntures	<b>13</b>	107.719	110.067
Outras provisões - compensação ambiental		1.510	1.392
		<u><b>109.229</b></u>	<u><b>111.459</b></u>
Patrimônio líquido	<b>15</b>		
Capital social		237.062	227.062
Prejuízo acumulado		(43.967)	(45.462)
		<u><b>193.095</b></u>	<u><b>181.600</b></u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><b>314.136</b></u>	<u><b>303.558</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida	<b>16</b>	25.122	17.209
Custo da operação	<b>17</b>	<u>(13.076)</u>	<u>(12.484)</u>
Lucro bruto		12.046	4.725
Despesas gerais e administrativas	<b>18</b>	(3.193)	(1.635)
Outras (despesas) / receitas operacionais	<b>19</b>	<u>1.938</u>	<u>2.099</u>
Lucro antes das receitas financeiras		10.791	5.189
Resultado financeiro	<b>21</b>	<u>(8.647)</u>	<u>(11.777)</u>
Receita financeira		2.461	1.237
Despesa financeira		<u>(11.108)</u>	<u>(13.014)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>2.144</b>	<b>(6.588)</b>
Imposto de renda e contribuição social		(649)	(1.328)
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<b><u>1.495</u></b>	<b><u>(7.916)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



**Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro/Prejuízo do exercício	1.495	(7.916)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b><u>1.495</u></b>	<b><u>(7.916)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>212.062</b>	<b>(37.546)</b>	<b>174.516</b>
Aumento de capital conforme AGE de 01 de novembro de 2016	15.000	-	15.000
Prejuízo do exercício	-	(7.916)	(7.916)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>227.062</b>	<b>(45.462)</b>	<b>181.600</b>
Aumento de capital conforme AGE de 11 de dezembro de 2017	10.000	-	10.000
Lucro do exercício	-	1.495	1.495
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>237.062</b>	<b>(43.967)</b>	<b>193.095</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos</b>	<b>2.144</b>	<b>(6.588)</b>
Ajustes		
Juros e variações cambiais sobre empréstimos	10.511	12.526
Depreciação e amortização	8.910	8.923
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	89	-
Outras provisões - compensação ambiental	119	(87)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(1.798)	(282)
Estoques	(205)	424
Impostos a recuperar	733	(812)
Adiantamentos a fornecedores	168	(737)
Outros ativos	4.649	(11)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	971	(232)
Tributos e contribuições sociais	(891)	692
Impostos pagos	(871)	(197)
Juros pagos	(10.710)	(12.525)
Taxas regulamentares	400	143
Outros passivos	161	112
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b><u>14.380</u></b>	<b><u>1.349</u></b>
Aquisição de imobilizado e intangível	(5.850)	(892)
Títulos e valores mobiliários	76	-
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b><u>(5.774)</u></b>	<b><u>(892)</u></b>
Aumento de capital	10.000	15.000
Empréstimos pagos	(2.167)	(1.083)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b><u>7.833</u></b>	<b><u>13.917</u></b>
<b>Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>16.439</u></b>	<b><u>14.374</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b><u>17.719</u></b>	<b><u>3.345</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b><u>34.157</u></b>	<b><u>17.719</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### **1. Informações gerais**

A Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Iracema" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada Av. Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. Possui duas filiais localizadas no Município de Brejo Santo e no Município de Paulistana.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Grupo SGBH"). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem como propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

#### **1.1. Da concessão**

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção da linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará. As suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2008, firmado com a ANEEL, com um prazo de 30 anos, contados a partir de 17 de março de 2008.

A Companhia entrou em operação no dia 7 de dezembro de 2010 e teve o termo de liberação provisório emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em 1º de março de 2011.

#### **1.2. Receita anual permitida (RAP)**

O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$13.757 (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 21.612 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 22.390 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o ONS.

### **1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 16 de Março de 2018.

### **2.1. Estimativas e premissas**

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### **2.3. Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

## **3. Resumo das práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

### **3.1. Imobilizado e intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 9 - Imobilizado e 10 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

### **3.2. Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

## **4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)**

### **4.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **4.2. Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

### **4.3. Estoques**

## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### **4.5. Impostos**

#### Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

### **4.6. Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de



## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

### **4.8. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

### **4.9. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

### **4.10. Receita operacional**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### **4.11. Instrumentos financeiros**

#### Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber partes relacionadas e concessionárias e permissionárias.

O saldo e caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados pelo valor justo e contas a receber partes relacionadas, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável são classificados pelo custo amortizado.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

#### Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: debêntures-terceiros, fornecedores – terceiros e fornecedores – partes relacionadas. Os saldos de tais passivos financeiros são classificados pelo custo amortizado.

A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na categoria: Outros passivos financeiros ao custo amortizado - reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

#### Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada

## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

#### **4.12. Fluxo de caixa**

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

#### **4.13. Transação com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

### **5. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações**

**5.1.** Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

Modificações ao CPC 03 (R2) - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.

Modificações ao CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

Modificações ao CPC 45 - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

**5.2** As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia adotará essas normas, tão logo entrem em vigor:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de hedge. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, exceto pelo mencionado no tópico de Classificação e mensuração, abaixo, a

## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) Classificação e mensuração - A Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia mantém estudos e discussões no setor de atuação quanto aos possíveis impactos da aplicação da norma. Estas análises e discussões, por sua natureza e complexidade e pela similaridade dos desafios e contratos inerentes a sua área de atuação envolvem não apenas a Companhia, mas outros participantes da indústria em que atua e da comunidade de negócios, tal como a ABRAACONEE - Associação Brasileira de Contadores do Setor de Energia Elétrica.

(b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. As perdas de crédito esperadas são avaliadas pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em

## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A norma também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as atualmente.

A norma entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da norma nas suas demonstrações financeiras.

Até a data da emissão destas demonstrações contábeis regulatórias, o MCSE não especificou tratamento distinto com relação às normas novas e revisadas acima mencionadas.

### 6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Nota	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Ativo						
Ativo circulante	<b>42.120</b>	<b>35.457</b>	<b>77.577</b>	<b>28.400</b>	<b>20.585</b>	<b>48.985</b>
Caixa e equivalentes de caixa	34.157	-	34.157	17.719	-	17.719
Concessionárias e permissionárias	4.526	-	4.526	2.817	-	2.817
Contas a receber – partes relacionadas	182	-	182	6	-	6
Adiantamentos a fornecedores	381	-	381	549	-	549
Impostos a recuperar	2.124	-	2.124	1.986	-	1.986
Estoques	703	-	703	498	-	498
Ativo financeiro amortizável	<b>a</b>	-	35.457	-	20.585	20.585
Outros ativos circulantes		47	47	4.825	-	4.825
Ativo não circulante	<b>272.016</b>	<b>(66.724)</b>	<b>205.292</b>	<b>275.158</b>	<b>(67.285)</b>	<b>207.873</b>
Títulos e valores mobiliários	6.875	-	6.875	6.951	-	6.951
Ativo financeiro amortizável	<b>a</b>	-	196.923	-	199.652	199.652

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

Outros ativos não circulantes	49	-	49	54	-	54
Imobilizado não vinculado à concessão	1.362	-	1.362	1.146	-	1.146
Imobilizado Intangível	<b>b</b> 259.037	(258.989)	48	262.351	(262.280)	71
	<b>b</b> 4.693	(4.658)	35	4.656	(4.656)	-
<b>Total de ativos</b>	<b>314.136</b>	<b>(31.267)</b>	<b>282.869</b>	<b>303.558</b>	<b>(46.700)</b>	<b>256.858</b>
		<b>31/12/2017</b>			<b>31/12/2016</b>	
	<b>Notas</b>	<b>Regulatório</b>	<b>Societário</b>	<b>Regulatório</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Societário</b>
Passivo						
Passivo circulante	<b>11.812</b>	-	<b>11.812</b>	<b>10.499</b>	-	<b>10.499</b>
Fornecedores terceiros	318	-	318	312	-	312
Fornecedores partes relacionadas	971	-	971	5	-	5
Debêntures	6.930	-	6.930	6.906	-	6.906
Tributos e contribuições sociais	1.820	-	1.820	2.062	-	2.062
Taxas regulamentares	1.158	-	1.158	759	-	759
Outros passivos circulantes	615	-	615	455	-	455
Passivo não circulante	<b>109.229</b>	<b>10.179</b>	<b>119.408</b>	<b>111.459</b>	<b>9.942</b>	<b>121.401</b>
Debêntures	107.719	-	107.719	110.067	-	110.067
Outras provisões - compensação ambiental	1.510	-	1.510	1.392	-	1.392
Tributos diferidos	<b>c</b> -	10.179	10.179	-	9.942	9.942
Patrimônio líquido	<b>193.095</b>	<b>(41.446)</b>	<b>151.649</b>	<b>181.600</b>	<b>(56.642)</b>	<b>124.958</b>
Capital social	237.062	-	237.062	227.062	-	227.062
Prejuízo acumulado	<b>d/e</b> (43.967)	(41.446)	(85.413)	(45.462)	(56.642)	(102.104)
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>314.136</b>	<b>(31.267)</b>	<b>282.869</b>	<b>303.558</b>	<b>(46.700)</b>	<b>256.858</b>

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Receita operacional líquida	d	25.122	9.000	34.122	17.209	11.788	28.997
Custo da operação	e	(13.076)	7.678	(5.398)	(12.484)	8.647	(3.837)
Lucro bruto		<b>12.046</b>	<b>16.678</b>	<b>28.724</b>	<b>4.725</b>	<b>20.435</b>	<b>25.160</b>
Despesas gerais e administrativas		(3.193)	-	(3.193)	(1.635)	-	(1.635)
Outras (despesas) / receitas operacionais		1.938	-	1.938	2.099	-	2.099
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		<b>10.791</b>	<b>16.678</b>	<b>27.469</b>	<b>5.189</b>	<b>20.435</b>	<b>25.624</b>
Resultado financeiro		<b>(8.647)</b>	-	<b>(8.647)</b>	<b>(11.777)</b>	-	<b>(11.777)</b>
Receita financeira		2.461	-	2.461	1.237	-	1.237
Despesa financeira		(11.108)	-	(11.108)	(13.014)	-	(13.014)
Lucro antes dos impostos		<b>2.144</b>	<b>16.678</b>	<b>18.822</b>	<b>(6.588)</b>	<b>20.435</b>	<b>13.847</b>
Imposto de renda e contribuição social	c	(649)	(1.483)	(2.132)	(1.328)	(3.759)	(5.087)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>1.495</b>	<b>15.195</b>	<b>16.690</b>	<b>(7.916)</b>	<b>16.676</b>	<b>8.760</b>



## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecimento como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

### Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societária. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

#### e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa		-
Bancos	4.165	1.452
Aplicações financeiras	29.992	16.267
	<u>34.157</u>	<u>17.719</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 8. Títulos e valores mobiliários

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Conta reserva - Debêntures	6.875	6.951
	<u>6.875</u>	<u>6.951</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de emissão de debêntures (nota explicativa 13).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor da Caixa Econômica Federal (CEF) uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal da CEF.

### 9. Concessionárias e permissionárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	4.161	2.572
Vencidas até 30 dias	40	6
Vencidas até 60 dias	1	4
Vencidas até 90 dias	1	7
Vencidas até 120 dias	4	11
Vencidas até 180 dias	3	260
Vencidas há mais de 180 dias	742	294
	<u>4.952</u>	<u>3.154</u>
PCLD	(426)	(337)
	<u>4.526</u>	<u>2.817</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	(337)	(337)
Complemento de provisão	(89)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(426)</u>	<u>(337)</u>

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### 10. Imobilizado

#### 10.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2017	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>										
<b>Transmissão</b>	<b>309.625</b>	-	-	-	<b>7</b>	<b>309.632</b>	<b>7</b>	<b>(60.218)</b>	<b>249.414</b>	<b>258.118</b>
Terrenos	157	-	-	-	-	157	-	-	157	157
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.047	-	-	-	-	7.047	-	(1.721)	5.326	5.566
Máquinas e equipamentos	302.276	-	-	-	7	302.283	7	(58.451)	243.832	252.275
Veículos	136	-	-	-	-	136	-	(42)	94	114
Móveis e utensílios	8	-	-	-	-	8	-	(4)	4	5
<b>Administração</b>	<b>254</b>	-	-	-	<b>19</b>	<b>273</b>	<b>19</b>	<b>(231)</b>	<b>42</b>	<b>66</b>
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	61	-	-	-	19	80	19	(38)	42	39
Veículos	193	-	-	-	-	193	-	(193)	-	27
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>309.879</b>	-	-	-	<b>26</b>	<b>309.905</b>	<b>26</b>	<b>(60.449)</b>	<b>249.456</b>	<b>258.184</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>										
<b>Transmissão</b>	<b>4.162</b>	<b>5.428</b>	<b>(7)</b>	<b>(7)</b>	-	<b>9.576</b>	<b>5.428</b>	-	<b>9.576</b>	<b>4.162</b>
Máquinas e equipamentos	269	12	-	(7)	-	274	5	-	274	269
Outros	3.893	5.416	(7)	-	-	9.302	5.423	-	9.302	3.893

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

<b>Administração</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
Máquinas e equipamentos	-	19	-	(14)	-	5	5	-	5	-
Outros	5	-	-	(5)	-	-	(5)	-	-	5
	<b>4.167</b>	<b>5.447</b>	<b>(7)</b>	<b>(26)</b>	<b>-</b>	<b>9.581</b>	<b>5.428</b>	<b>-</b>	<b>9.581</b>	<b>4.167</b>
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>314.046</b>	<b>5.447</b>	<b>(7)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>319.486</b>	<b>5.454</b>	<b>(60.449)</b>	<b>259.037</b>	<b>262.351</b>

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### 10.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017		2016
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Transmissão	3,00%	309.632	(60.218)	249.414
Administração	6,89%	273	(231)	42
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.578	(216)	1.362
		<b>311.483</b>	<b>(60.665)</b>	<b>250.818</b>
				<b>259.284</b>

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Imobilizado - transmissão</b>	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
<b>Administração</b>	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

### 10.3. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2017

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

<b>Imobilizado em serviço - operacional</b>		
<b>Descrição do bem</b>	<b>Grupo</b>	<b>Valor</b>
VIP - MICROSCOPIO ELETRÔNICO	Máquinas e equipamentos	6
MOD FFL-50,APARELHO LOCALIZADOR VISUAL DE FALHAS EM FIBRAS OPTICAS	Máquinas e equipamentos	1
<b>Administração</b>		
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7470	Máquinas e equipamentos	12
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7480(CORE I5-7300U, RAM 4GB, SSD 256GB, DELL WIFI 1820 COM BLUETOOTH, DISPLAY HD, BAT 4 CEL, OFFICE PRO 2016, WIN 10 PRO	Máquinas e equipamentos	6
MICROCOMPUTADOR DELL DE 27 POLEGADAS P2717H	Máquinas e equipamentos	1

### 10.4. Aquisições do ativo imobilizado em curso em 2017

	<b>Material e equipamentos</b>
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	402
Máquinas e equipamentos	12
Material em depósito	50
Adiantamentos a Fornecedores	4.599
Desenvolvimento de Projetos	365
	<b>5.428</b>

### 10.5. Principais baixas do ativo imobilizado em 2017

Não houve baixa de ativo imobilizado transmissão no exercício.

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### 11. Intangível

#### 11.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c )	Reava- liação	Valor em 31/12/2017	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
<b>Ativo intangível em serviço</b>										
<b>Transmissão</b>	<b>4.733</b>	-	-	-	-	<b>4.733</b>	-	<b>(77)</b>	<b>4.656</b>	<b>4.656</b>
Servidões	4.656	-	-	-	-	4.656	-	-	4.656	4.656
Softwares	77	-	-	-	-	77	-	(77)	0	0
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>126</b>	-	-	-	-	<b>126</b>	-	<b>(126)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	126	-	-	-	-	126	-	(126)	0	0
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>4.859</b>	-	-	-	-	<b>4.859</b>	-	<b>(203)</b>	<b>4.656</b>	<b>4.656</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>										
<b>Transmissão</b>	<b>1</b>	-	-	-	-	<b>1</b>	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>1</b>	-	-	-	-	<b>1</b>	-	-	-	-
<b>Ativo Intangível</b>	<b>4.860</b>	-	-	-	-	<b>4.860</b>	-	-	-	-



## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### 11.2. Taxas de amortização

		2017		2016	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Transmissão	10,00%	4.733	(77)	4.656	4.656
Administração	20,00%	126	(126)	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20,00%	47	(12)	35	45
		<b>4.906</b>	<b>(215)</b>	<b>4.691</b>	<b>4.701</b>

### 12. Taxas regulamentares

	2017	2016
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	288	55
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	158	159
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	712	545
	<b>1.158</b>	<b>759</b>

#### (i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

### **(ii) TFSEE**

Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017 de R\$ 7. Conforme Nota Técnica nº 218/2017 a ANEEL estabeleceu o valor de TFSEE de R\$ 7 ao mês, período de julho de 2017 a junho de 2018.

### **(iii) P&D**

13. Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. **Debêntures**

#### a) Total da dívida

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2016	2016
CEF	11/2010	11/2035	Mensal	10/01/18	Mensal	SAC	(i)	TR + <i>spread</i> 9% a.a.	114.650	116.973
									<b>114.650</b>	<b>116.973</b>
Circulante									6.930	6.906
Não circulante									107.719	110.067
									<b>114.650</b>	<b>116.973</b>

### (i) Garantias

- Contrato de alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia pelos seus atuais acionistas.
- Contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos contratos de construção, de prestação de serviços de transmissão, de operação e manutenção e de conexão.
- Contrato de cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.
- Carta de fiança bancária contratada com o Banco Bradesco S.A..

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Em 19 de novembro de 2010 os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a emissão de 109 debêntures não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$1.000 cada, através de emissão pública com esforços restritos.

As debêntures possuem vencimento em 300 meses contados da data da primeira subscrição e farão jus a juros, pagáveis nas mesmas datas de pagamento da amortização, correspondentes à variação acumulada da Taxa Referencial divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescidas de *spread* de 9% a.a. Os custos com a emissão das debêntures, que compreendem gastos com assessoria financeira e jurídica, totalizam R\$1.102.

Durante os 12 primeiros meses contados da data de emissão, não houve amortização do saldo devedor do principal e pagamento de juros. O pagamento do principal e dos juros começou a ser efetuado mensalmente a partir do 13º mês contado da data de emissão.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2019	3.009
2020	1.925
2021	1.806
2021 - 2029	100.980
	<u>107.719</u>

c) Covenants

De acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender ao fluxo de caixa para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de pagamentos de juros e amortizações de principal no período superior ou igual a 1,20 vezes. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atingiu os índices propostos.

## 14. Provisão para contingências

### Contingências prováveis (provisionadas)

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

### Contingências possíveis (não provisionados)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Trabalhista	40	-
Administrativo	10	-
Fiscal	6	-
	<u>56</u>	<u>-</u>

## 15. Patrimônio líquido

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 237.062 R\$ 227.062, respectivamente, dividido em 237062, em 2017, e 227.062, em 2016, ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2017 e 2016</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

### c) Dividendos

Até 2016, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016. A Companhia não propôs dividendos visto que o lucro societário absorveu prejuízos acumulados.

## 16. Receita operacional líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>28.784</b>	<b>19.786</b>
Receita rateio de antecipação	588	1.297
Receita de encargos de transmissão	21.314	20.055
Receita de Novas Obras RBNI	702	-
Recuperação de PIS e COFINS	2.684	1.877
Parcela ajuste do ciclo anterior	2.972	(1.331)
Indisponibilidade de equipamentos	(928)	(2.563)
Outras receitas	1.452	451
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(3.662)</b>	<b>(2.577)</b>
PIS	(474)	(326)
COFINS	(2.188)	(1.504)
RGR	(720)	(495)
P&D	(198)	(172)
TFSEE	(82)	(72)
Outros	-	(8)
	<u>25.122</u>	<u>17.209</u>

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 17. Custo da operação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(2.314)	(1.880)
Material	(313)	(340)
Serviços de terceiros	(752)	(520)
Arrendamentos e aluguéis	(59)	(28)
Seguros	(31)	(20)
Tributos	(3)	(15)
Depreciação e amortização	(8.710)	(8.730)
Gastos diversos	(894)	(951)
	<u><b>(13.076)</b></u>	<u><b>(12.484)</b></u>

### 18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(2.417)	(825)
Serviços de terceiros	(336)	(559)
Arrendamentos e aluguéis	(79)	(59)
Provisão	(89)	-
Tributos	(65)	-
Depreciação	(43)	(5)
Gastos diversos	(150)	(132)
Outros	(14)	(55)
	<u><b>(3.193)</b></u>	<u><b>(1.635)</b></u>

### 19. Outras receitas / (despesas) operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendas da prestação de serviços	3.533	3.292
Tributos Sobre a Receita	(432)	(395)
Pessoal	(707)	(348)
Material	(63)	(79)
Serviços de terceiros	(144)	(70)
Arrendamento e Aluguéis	(39)	(142)
Depreciação	(157)	(60)
Outras despesas	(53)	(99)
	<u><b>1.938</b></u>	<u><b>2.099</b></u>

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM) e Centro de Operação do Sistema (COS).

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 20. Despesas de pessoal

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(1.426)	(1.216)
Encargos	(466)	(408)
Despesas rescisórias	(3)	(21)
Benefícios	(419)	(229)
Outros	-	(6)
	<u>(2.314)</u>	<u>(1.880)</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	(882)	(441)
Encargos	(473)	(136)
Benefícios	(283)	(194)
Outros	(779)	(54)
	<u>(2.417)</u>	<u>(825)</u>
	<u><b>(4.731)</b></u>	<u><b>(2.705)</b></u>

### 21. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita financeira	2.461	1.237
Receitas de aplicações financeiras	2.384	1.297
Outras receitas financeiras	197	-
Tributos sobre receitas financeiras	(120)	(60)
Despesa financeira	(11.108)	(13.014)
Juros sobre empréstimos	(10.557)	(12.885)
Outras despesas financeiras	(551)	(129)
	<u><b>(8.647)</b></u>	<u><b>(11.777)</b></u>

### 22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2017 e 2016, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### 22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7	34.157	17.719
Títulos e valores mobiliários	8	6.875	6.951
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Concessionárias e permissionárias	9	4.526	2.817
Contas a receber – partes relacionadas	23	182	6
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Debêntures	13	114.650	116.973
Fornecedores - terceiros	-	318	312
Fornecedores - partes relacionadas	23	971	5

### 22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.



## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

### d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos.

### e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## 23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

### a. Ativo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber - partes relacionadas	<u>182</u>	<u>6</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	174	-

## **Iracema Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

Outros	8	6
--------	---	---

### **b. Passivo**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores - partes relacionadas	<u>971</u>	<u>5</u>
Aluguel (ii)	6	5
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	965	-

### **c. Resultado**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado - partes relacionadas	<u>(1.761)</u>	<u>(59)</u>
Despesa aluguel (ii)	(62)	(59)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	(1.699)	-

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

## **24. Gestão de capital**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

## **25. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	274	224
Seguro patrimonial	Risco operacional	18.181	18.181
Veículos	Carros	48	27
		<u><b>18.504</b></u>	<u><b>18.432</b></u>